



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Telecom em 2016: o que será, que será?

Começamos 2016 com várias interrogações para o setor de telecomunicações.

Haverá ou não uma nova Lei Geral, já que a atual é de 1997?

Os contratos de concessão a serem assinados agora no início do ano trarão avanços, como a obrigação das concessionárias implantarem backhaul ligando o backbone das operadoras às prefeituras de todos os municípios, em fibra ótica?

Os telefones públicos serão deixados à própria sorte ou a Anatel obrigará as operadoras a modernizarem os mesmos? Em Nova York os telefones públicos estão passando por uma modernização tecnológica e este mês milhares deles começam a ser substituídos por “hot spots” de wi-fi gratuito.

A banda larga, serviço essencial, será colocada em regime público? E as consolidações?

Como observamos anteriormente, 2015 foi um ano excelente para as concessionárias, que registraram altíssimas receitas líquidas. No Grupo Oi foram R\$ 21 bilhões, só nos três primeiros trimestres de 2015. O Grupo Claro, no mesmo período, teve uma receita líquida de R\$ 27 bilhões. E o Grupo Telefônica, de R\$ 31 bilhões. Ou seja, as empresas não têm do que reclamar. Dominam a banda larga, a TV por assinatura, a telefonia fixa e móvel do país.

Foi o ano que a voz deixou de ser a principal receita das operadoras. As receitas de banda larga fixa/móvel e de TV por assinatura, somadas, ultrapassaram as receitas de voz fixa e móvel.

Também foi o ano da transição do 3G para o 4G.

Enquanto este último cresceu, o 3G teve redução. A TV por assinatura teve um decréscimo, mas tudo indica que reverterá essa curva em 2016.

O início do desligamento da TV analógica foi mais uma vez adiado. E nada indica que o calendário de 2016 seja cumprido com o desligamento em Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Rio de Janeiro.

Sem dúvida um debate que esteve presente em 2015 e deve ser mais forte em 2016 será a consolidação da fusão Oi x TIM. É sempre bom lembrar que, por incompetência de sucessivas administrações, a Oi tem um endividamento de cerca de R\$ 40 bilhões. O que esta consolidação pode resultar em benefícios para a sociedade e os trabalhadores do setor? O que vimos até agora, em outras consolidações, foi um grande ganho para os principais acionistas, demissões em massa e nenhum ganho para a sociedade.

Outra questão que continua a nos preocupar é o alto grau de terceirização do setor. Teleatendimento e rede, que constituem atividades fim das empresas, estão ilegalmente terceirizados.

Este quadro desenhado para 2016, com certeza, é incompleto, e precisa ser aprofundado. A sociedade civil tem que ser chamada a participar desse processo, pois ela, no final das contas, é a que pode ou não ser beneficiada. Continuaremos na luta pela democratização das (tele)comunicações em conjunto com o Clube de Engenharia, os sindicatos dos trabalhadores de telecomunicações do setor, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Campanha Banda Larga é um Direito Seu.



Resumo de Notícias

12/01/2016 - Vermelho

Brasil exporta US\$ 2,922 bilhões na primeira semana de 2016

O Brasil registrou saldo comercial positivo de 150 milhões na primeira semana de janeiro. O resultado reflete exportações de US\$ 2,922 bilhões e importações de US\$ 3,072 bilhões. Os números foram divulgados, nesta segunda-feira (11), pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A média diária das exportações foi de US\$ 584,4 milhões no período, 10,4% abaixo da média verificada em todo o mês de janeiro de 2015 (US\$ 652,6 milhões).

Na comparação da primeira semana deste ano com os resultados de janeiro do ano passado, observaram-se retração nas vendas externas de produtos das três categorias: manufaturados (-16,7%), principalmente autopeças, açúcar refinado, motores para automóveis, óleos combustíveis, aviões e pneus; básicos (-8,7%), devido a trigo em grãos, café em grãos, minério de ferro, petróleo em bruto, carne de frango e carne bovina; e semimanufaturados (-1,8%), especialmente por ferro fundido, óleo de soja em bruto, ferro-ligas, catodos de cobre, couros e peles, semimanufaturados de ferro e aço e açúcar em bruto.

Em relação a dezembro do ano passado, quando



o desempenho médio diário das exportações chegou a US\$ 762,9 milhões, a retração foi de 23,4%, causada pela queda nas vendas de manufaturados (-42,1%) e de básicos (-13,5%). Por outro lado, as vendas de semi-manufaturados, nessa comparação, apresentaram crescimento de 3%.

Considerando as importações, também na comparação pela média diária, verificou-se uma retração de 23,5%, de US\$ 614,4 milhões na primeira semana de janeiro de 2016 contra US\$ 803,5 milhões em janeiro de 2015. Nesse comparativo, houve queda, principalmente, nas compras de combustíveis e lubrificantes (-85,8%), siderúrgicos (-50,9%), automóveis e partes (-42%), equipamentos eletroeletrônicos (-35,7%), produtos de borracha (-31,2%) e produtos plásticos (-26,2%).

Frente a dezembro do ano passado, em que a média diária das importações foi de US\$ 479,2 milhões, houve crescimento de 28,2%, causado pelas aquisições externas de químicos orgânicos e inorgânicos (+71,7%), equipamentos mecânicos (+57,7%), produtos plásticos (+49,9%) e equipamentos eletroeletrônicos (+47,7%).



Resumo de Notícias

09/01/2016 - Rede Brasil Atual

Peritos indicam falhas na fiscalização e manutenção de barragens

Barragem rompida da Samarco apresenta problemas semelhantes aos que resultaram em acidente em Cataguases, em 2003, como falta de manutenção, de fiscalização e prolongamento excessivo da vida útil

Cerca de 20 peritos criminais federais estão participando das investigações da Polícia Federal sobre o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no dia 5 de novembro do ano passado, no município de Mariana, em Minas Gerais. Trabalho similar foi feito em 2003 na cidade mineira de Cataguases, onde, em 29 de março daquele ano, rompeu-se uma barragem com resíduos industriais sob responsabilidade da Indústria Cataguases de Papel.

Na época, o Laudo 1.362/2003, do Instituto Nacional de Criminalística (INC), identificou como causas do acidente problemas como a falta de manutenção e de fiscalização e o excessivo prolongamento da vida útil da barragem, o que resultou em um processo erosivo da obra. Segundo o laudo, a barragem tinha sido edificada em 1990 com uma estrutura provisória, que deveria durar apenas dois anos.

De acordo com a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), caso os alertas feitos pelos peritos – em especial os relativos à falta de fiscalização – tivessem sido ouvidos pelas autoridades, a tragédia ocorrida em Mariana poderia ter sido evitada, uma vez que é o poder público o responsável pela fiscalização de outras barragens.

“Tornamos pública essa preocupação com a falta de manutenção e fiscalização de tais obras, por meio de nossa revista institucional, que foi enviada a várias autoridades dos Três Poderes”, disse à Agência Brasil o presidente da APCF, André Morisson. “Em artigo sobre deslizamentos e desabamentos, alertamos que os administradores públicos estavam delegando a terceiros a responsabilidade sobre a boa qualidade das obras e que, apesar dessa delegação, o poder público não está livre da obrigação de bem fiscalizar os contratos e sua execução, pois quem contrata mal também responde solidariamente pelos ônus”, acrescentou o perito.

Morrison lembrou que, no caso de Cataguases, os peritos conseguiram evitar o rompimento de outra barragem da mesma empresa, que apresentava problemas semelhantes aos da que havia se rompido. O alerta foi repassado às autoridades por meio da Informação Técnica

nº 122/03-do INC, o que resultou no esvaziamento e no reforço da barragem, antes que a situação se agravasse.

De acordo com o presidente da APCF, esta é mais uma das facetas preventivas que a perícia criminal tem, mas que são pouco conhecidas pelas autoridades e pela própria sociedade, apesar de sua relevância. “Naquele incidente, afortunadamente não houve mortes e os danos ambientais, interrupção de pesca e de abastecimento e deslocamento de famílias. Mas foi estipulada, por meio de uma ação civil, a maior condenação judicial por dano ambiental da história do Brasil, para a época, totalizando R\$ 140,644 milhões em indenizações”, acrescentou Morrison.

Bem mais complexa do que o trabalho feito em Cataguases, a perícia de Mariana conta com especialistas nas mais variadas áreas: geologia, engenharia de minas, química ambiental, biologia, medicina veterinária, geoprocessamento, engenharia florestal e engenharia civil. Morrison informou que os trabalhos em Mariana incluem a análise dos sedimentos e efluentes da represa, da mortandade de animais, da extensão dos danos à vegetação ciliar atingida pela lama de rejeitos e o exame dos procedimentos de licenciamento ambiental do empreendimento.

Uma parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade de Vila Velha está ajudando os peritos a identificar a correlação e a compatibilidade da composição mineralógica de amostras de água e sedimentos colhidas pelos pesquisadores ao longo do Rio Doce e no mar com amostras de sedimentos ainda presentes na cratera da barragem do Fundão, colhidas pelos peritos. Pesquisadores da Ufes colheram também sedimentos lançados pelo rio no mar, com uso de um navio oceanográfico da Marinha.

Contatada pela Agência Brasil, a Polícia Federal informou que este caso é de sua competência porque, além de envolver subsolo e minérios, que são bens da União, o acidente em Mariana jogou dejetos em um rio federal. A previsão é que o inquérito seja concluído em meados de fevereiro, mas há possibilidade de o prazo ser dilatado caso haja necessidade de mais diligências.

11/01/2016 - Vermelho

Programa de Proteção ao Emprego beneficiou 41 mil trabalhadores



O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) completou, na última semana, seis meses de existência, beneficiando 41 mil trabalhadores brasileiros. A agilidade na tramitação dos processos de adesão dentro do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), de 15 dias, em média, tem facilitado a participação de um número crescente de empreendimentos, de diferentes setores e portes.

No primeiro mês, foram três empresas a aderir ao PPE, chegando a 16 em dezembro último. No total, 39 empresas de 12 setores produtivos já aderiram.

Para ingressar no PPE, a empresa precisa fazer a solicitação por meio de um formulário específico, disponível nos portais Mais Emprego e do MTPS, que deve ser encaminhado ao Comitê do Programa de Proteção ao Emprego (CPPE), criado para gerir o PPE.

O coordenador-geral substituto do Grupo de Trabalho do Comitê do PPE, Welton Oliveira, avalia que o Comitê tem se mostrado bastante ágil em deliberar sobre a inclusão no Programa. "Algumas empresas realizam todo o processo de adesão em duas semanas. Temos buscado, na medida do possível, solucionar as dúvidas e corrigir os erros para agilizar ao máximo a inclusão", explica Oliveira.

O ingresso está condicionado, inicialmente, ao estabelecimento de um acordo coletivo específico firmado junto com os empregados e intermediado pelo sindicato da categoria.

Esse instrumento deverá indicar o período pretendido de adesão ao PPE, o percentual de diminuição da jornada de trabalho – limitado a até 30%, com redução proporcional do salário – e os estabelecimentos ou setores da empresa a serem alcançados pelo Programa. A empresa precisa ainda demonstrar que foram esgotados os períodos de férias, inclusive coletivas, e os bancos de horas.

Para as empresas que cumprem os critérios de participação no PPE, a tramitação, desde o preenchimento do formulário eletrônico até a assinatura do Termo de Adesão, pode acontecer em poucos dias.

A expectativa é de que o número de empresas e trabalhadores participantes do Programa cresça ainda mais ao longo de 2016, já que o prazo de adesão foi prorrogado até 31 de dezembro deste ano. Além disso, em 19 de novembro, foi sancionada a Lei 13.189/2015 que instituiu o PPE no país, ampliando a segurança jurídica do processo.

11/01/2016 - Carta Capital

Propina na Petrobras rendeu US\$ 100 mi a governo FHC, diz delator

Depoimento de Cerveró indica que dinheiro veio da compra de petrolífera na Argentina



Aquisição de petrolífera na Argentina gerou propina de US\$ 100 mi (Wilson Dias/ Agência Brasil)

Um documento apreendido na casa do senador Delcídio Amaral na Operação Lava Jato revela que o esquema na Petrobras rendeu 100 milhões de dólares ao governo Fernando Henrique Cardoso. O papel faz parte do acordo de colaboração premiada do ex-diretor da área internacional da estatal Nestor Cerveró.

Amaral foi diretor de Gás e Energia entre 1999 e 2001 no segundo mandato do ex-presidente. Cerveró era gerente da área e subordinado do senador na época.

De acordo com as anotações, a propina estaria ligada a compra da petrolífera argentina Perez Compacq pela Petrobras em 2002, último ano do mandato de FHC.

Cerveró afirma que cada diretor da empresa argentina recebeu um milhão de dólares pela venda da empresa e Oscar Vicente, segundo Cerveró, principal operador do ex-presidente argentino Carlos Ménem, teria ficado com seis milhões de dólares.

O texto faz parte de um conjunto de anotações de

Cerveró que orientaram sua delação premiada. O documento não dá detalhes de quem recebeu a propina dentro do governo brasileiro.

A petrolífera argentina vendeu 58,62% das ações para a estatal brasileira pelo valor de 1,027 bilhão de dólares. O ex-presidente nega qualquer participação em esquemas ilícitos na Petrobras.

Amaral foi preso no final do ano passado por tentar impedir que Cerveró citasse seu nome em sua delação. O senador teve acesso a trechos da colaboração do ex-diretor da estatal que vazaram de dentro do presidio no Paraná onde Cerveró está preso.

Cerveró já havia afirmado que a multinacional francesa Alstom havia pagado 10 milhões de dólares a Amaral por conta de um contrato de 550 milhões de dólares pela aquisição de turbinas para a termoeletrica Termo Rio, no estado fluminense. O contrato teve o objetivo de tentar reduzir os impactos do apagão no governo FHC.